

Capitalismo racializado e generificado: entrevista com Nancy Fraser¹

Kena Azevedo Chaves 

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Rio Claro, São Paulo, Brasil.
e-mail: kenachaves@gmail.com

Palavras-chave: Expropriação; raça; gênero; lutas indígenas; resistência.

Nancy Fraser é filósofa estadunidense, professora da New School for Social Research, em Nova York. Autora de inúmeras obras que discutem a teoria da justiça, capitalismo, crise, neoliberalismo, reprodução social, racismo, entre outros temas, Fraser é uma importante expoente do feminismo socialista e da teoria crítica. Dentre os livros publicados mais recentemente estão *Capitalismo em Debate* (2020 [2018]), em que Rahel Jaeggi é coautora, *Feminismo para os 99%* (2019 [2017]), em que é coautora com Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya – ambos publicados no Brasil pela Editora Boitempo – e o recém-publicado *Cannibal Capitalism* (2022), que ainda não está traduzido para o português.

Ao longo da entrevista, realizada virtualmente no dia 19 de agosto de 2022, foram abordadas algumas questões sobre a obra recente da autora. Em diálogo com a pesquisa da entrevistadora, Fraser comenta as características racializadas e generificadas do capitalismo, as lutas sociais e a resistência à expropriação, com destaque para a mobilização dos povos indígenas no Brasil. Além de muito acessível e assertiva, Fraser é brilhante nesta entrevista, compartilhada na íntegra a seguir.

Kena Chaves (KC): Professora Nancy Fraser, em seu trabalho, você mergulha na relação entre capitalismo, opressão de gênero e racismo. Para começar, gostaria de fazer uma pergunta sobre um tema que você vem discutindo nos últimos anos: o capitalismo é necessariamente racista e necessariamente generificado?

Nancy Fraser: Esta é uma grande e um tanto complicada pergunta. Acredito que não há dúvida de que, historicamente, o capitalismo sempre esteve entrelaçado com sexismo, com

¹ Agradeço à Mariana Mendes, Melanie Pinhatti, Angelita Matos Souza, Bruno Riani, Raquel Fulino e Helena Rizzatti, pelo suporte à entrevista, diálogos, revisões e incentivo.



opressão de gênero, com raça e racismo e, nesse sentido, com o imperialismo, que por sua vez está intimamente ligado ao racismo. E essa é uma conexão profunda, em todos os casos. Essa conexão tem uma base estrutural na história do capitalismo, uma vez que o capitalismo emergiu das fraturas de uma arena da vida social, criando uma forma de atividade social, que chamou de econômica, e a transformou em uma prática de trabalho e acumulação orientada para o lucro. O resultado foi deixar para trás outras atividades e grupos de pessoas que não foram recrutados para essa produção voltada para o lucro na esfera econômica. Deixou para trás pessoas cujas atividades envolviam cuidar, nutrir, produzir ou reproduzir seres humanos e o habitat natural em que suas comunidades estavam localizadas. Muitas pessoas foram trazidas para o sistema, mas não como proletários livres, e sim como escravizados, ou como populações semi-livres, porém dependentes, cujo trabalho foi usado pelo sistema para gerar lucro, ainda que essas pessoas não tenham o status de trabalhadores livres e explorados. Esse grupo de pessoas foi racializado, e, por sua vez, o grupo que nutria e cuidava de seres humanos foi generificado. Essas divisões tornaram-se muito centrais e muito definitivas do que é o capitalismo. Descobriu-se que todo aquele trabalho, supostamente, altamente produtivo e lucrativo que estava acontecendo na produção de mercadorias, realmente, se baseava e dependia desse trabalho racializado e generificado, que foi relegado a segundo plano e tratado como não integrante do capitalismo.

É nesse sentido que, apesar das mudanças nas formas do capitalismo ao longo de sua história, essas divisões permaneceram. É muito difícil, hoje, imaginar um caminho de desenvolvimento capitalista que supere essa base generificada e racializada em sua estrutura. Eu não diria que é absolutamente impossível imaginar isso, porque o capitalismo já nos surpreendeu antes por ser capaz de todos os tipos de formas e disposições institucionais, então eu não diria que seja possível afirmar que será sempre assim. Mas, até agora, essas divisões têm sido absolutamente fundamentais e estão profundamente enraizadas no desenho do capitalismo, tanto historicamente quanto no presente, e por isso é difícil imaginar um outro caminho.

Pode-se dizer que, dada essa estrutura, enquanto as populações estiverem divididas entre os que fazem o "trabalho reprodutivo" e os que fazem o "trabalho produtivo", quem faz o trabalho reprodutivo será feminizado, não importa a forma de genitália que essas pessoas têm em seus corpos. Portanto, é a dinâmica da feminização que é importante aqui. Da mesma forma, quem faz as formas de trabalho não-livre ou semi-livre – que é um trabalho servil, subemprego, e assim por diante – essas pessoas serão racializadas, independentemente do tom de pele. Isso sugere que a única maneira que poderíamos imaginar superar o racismo e o sexismo dentro do capitalismo é no caso do sistema não mais designar grupos específicos de pessoas para o trabalho de cuidado e para o trabalho

não-livre. Se todo mundo fizesse um pouco desse trabalho, por exemplo, ainda assim poderíamos estar diante de um sistema capitalista, um sistema altamente opressivo e injusto, ecologicamente e humanamente destrutivo. Sendo assim, eu não acho que deveríamos tentar. Não colocaria esforços para tentar criar uma forma de capitalismo que não seja racista ou sexista. Não há garantia de que poderíamos ter sucesso e, mesmo que tivesse sucesso, o resultado, como eu disse, seria profundamente problemático. Acho que o melhor curso de ação seria tentar descobrir algum novo tipo de sistema social que pudesse substituí-lo.

KC: Em sua concepção ampliada de capitalismo, você argumenta sobre a relação contraditória entre as condições econômicas e as condições de fundo para a acumulação – dentre as quais figuram a esfera da política, a da reprodução social, a da natureza e a da expropriação –. Existe alguma lógica hierárquica entre as condições econômicas e as condições de fundo?

Fraser: Quando você fala em lógicas hierárquicas, suponho que talvez o que está por trás da questão seja uma preocupação de que este seja um modelo de determinismo econômico, que a economia seja a principal força motriz, e todo o resto seja simplesmente instrumentalizado e reflita isso. E, claro, essa é uma posição presente no chamado modelo de base/superestrutura, familiar dentro do pensamento marxista. Não é essa a visão que quero propor. Eu acho que existem formas multidirecionais de causalidade. É verdade que a economia capitalista, no sentido estrito da economia, tem um impulso embutido muito poderoso para a acumulação de capital, para a expansão do lucro. E é verdade que esse sistema cria fortes incentivos para investidores, proprietários e empresários simplesmente ignorarem todos os “danos não econômicos” que suas atividades criam: a destruição de comunidades, de ecossistemas naturais, de capacidades democráticas ou outras capacidades públicas/políticas. É verdade que existem fortes incentivos para ignorar essas coisas e simplesmente ir em frente, a qualquer custo, aconteça o que acontecer, para obter mais ou mais lucro. Mas não se segue que os atores sociais em outras “esferas não econômicas” da sociedade capitalista sejam simplesmente receptores passivos de tudo isso. Eles vivem em mais de uma esfera ao mesmo tempo. Podem ser trabalhadores em uma parte de suas vidas, mas também são membros da família em outra parte, e podem ser membros de comunidades – incluindo as comunidades indígenas que você está estudando – e assim por diante. E, porque vivem nessa sociedade diferenciada para essas diferentes arenas, eles têm à sua disposição muitos recursos para atuar de forma não econômica. Têm valores associados à vida familiar e comunitária e, em alguns casos, à vida político-democrática. Eles têm lógicas de ação de solidariedade, de ajuda mútua, de cuidado com a natureza. Essas lógicas não são as mesmas que as lógicas capitalistas, ou que as

lógicas econômicas, mas também fazem parte da sociedade capitalista. Eu acho que há uma quantidade enorme de atividade não econômica que está sempre seguindo seu próprio caminho, mas também reagindo, lutando contra a intrusão da lógica econômica.

Em outras palavras, não é um modelo de base/superestrutura. Estou colocando ênfase nas condições ocultas da economia, a fim de fazer um contraponto com a ciência econômica dominante, que simplesmente ignora todas essas condições e não entende o quão dependente a economia é da riqueza da natureza, da riqueza de famílias, comunidades indígenas e pessoas racializadas, das capacidades políticas e assim por diante.

KC: Você poderia explicar mais sobre o papel do Estado dentro dessa perspectiva?

Nancy Fraser: Sobre isso eu diria: obviamente depende da situação, porque temos vários tipos diferentes de Estados no mundo, incluindo Estados falidos. Ou, em outras palavras, Estados que basicamente externalizam grandes parcelas da população, não lhes prestam nenhum serviço, não lhes concedem nenhuma proteção e, essencialmente, deixam as indústrias extrativistas invasoras fazerem o que quiserem. Tenho a impressão, não que eu saiba muito, que sob Bolsonaro no Brasil aconteceu algo assim em relação à Amazônia. Mas em outros lugares há Estados que realmente pretendem exercer soberania sobre toda a população, todo o território. Vamos deixar de lado, por enquanto, a questão dos migrantes, que é, obviamente, uma questão muito importante.

A primeira coisa a dizer é que o Estado fornece bens públicos que o setor privado absolutamente não pode viver sem. Mantêm estradas, redes elétricas, todas as formas de infraestrutura, incluindo infraestrutura social. Em qualquer caso, o Estado assume a responsabilidade de educar aqueles que serão os futuros trabalhadores. Os negócios não poderiam prosperar na ausência de muitos bens públicos que o mercado não pode fornecer, e o que os poderes públicos devem fornecer. Mas sempre há uma luta sobre onde o Estado vai colocar sua energia e quem vai pagar por isso. Com relação às grandes lutas sobre a tributação: as corporações vão pagar impostos ou vão ficar de fora? Essencialmente os trabalhadores, cujos impostos estão pagando por tudo isso. Essa é uma luta constante. Lutas sobre quanto dos recursos do setor público serão investidos em coisas que beneficiam principalmente ou apenas os negócios versus aqueles que trabalham para lidar com as mudanças climáticas, trabalham para garantir assistência médica, segurança alimentar, moradia digna e assim por diante e assim por diante adiante.

O Estado é necessário para uma economia capitalista, mas é também o local de disputas sobre quem serão os principais beneficiários. O capital tem muitas vantagens nessa luta. Tem muito dinheiro e controla muitos recursos, e muitas vezes controla a mídia. Então, você poderia dizer que os trabalhadores comuns, qualquer que seja o tipo de

trabalho que eles fazem, seja para operário oficial ou trabalho informal ou trabalho de cuidado ou trabalho abaixo do padrão. Os trabalhadores que fazem tudo isso têm uma luta difícil, mas conquistam algumas vitórias.

KC: Em sua argumentação, você enfatiza a continuidade histórica da expropriação e o papel do Estado na manutenção de seu caráter racializado. Você aponta os expropriados como tendo um status político inferior em relação aos explorados. Nesse contexto, como podemos enquadrar a agência dos expropriados?

Nancy Fraser: Entendo que a expropriação não seja uma questão unicamente econômica. Não se trata apenas de "roubar" das pessoas seu trabalho, suas terras, suas riquezas. E não se trata apenas de que a riqueza roubada seja então canalizada para os fluxos de lucro do capitalismo corporativo, transmutada de valores de uso dos quais as pessoas realmente vivem para valores econômicos que aparecem nos livros de contas corporativas e planilhas de balanço, e, portanto, tornam-se valor. Essa é a maneira usual de olharmos para essas coisas, e, às vezes, a expropriação tem sido chamada de superexploração. O problema disso é que, na minha opinião, a expropriação também é uma questão política, não é apenas econômica. Dizer que alguém é expropriado — ou expropriável — significa que esse alguém é vulnerável. Significa que são pessoas que não têm direitos que possam ser efetivados. Podem ter alguns direitos no papel, mas na realidade não são capazes de colocar esses direitos em prática para se defenderem. Elas não podem apelar aos estados para protegê-los, elas têm, portanto, um status inferior. Isso pode ser qualquer pessoa, desde um escravizado, literalmente propriedade de outra pessoa, até alguém que no papel é uma pessoa livre.

Vejamos exemplos dos EUA: existem pessoas que a polícia pode abater impunemente no meio das ruas e nada acontecerá. Veja os recentes protestos do Black Lives Matter, essa é a situação há mais de um século nos Estados Unidos. Talvez existam situações comparáveis nas favelas ou em áreas rurais remotas. Em outras palavras, há pessoas que são realmente tratadas como cidadãos de pleno direito e há outras que, embora tenham oficialmente documentos como cidadãos, não são. Neste contexto, temos que mencionar os imigrantes: há migrantes que têm documentos e aqueles que não têm. Mas seja qual for a situação, os imigrantes têm uma condição que podemos chamar de "deportabilidade", o que significa que eles não têm direitos de residência assegurados. Eles podem ser expulsos porque foram pegos sem os documentos ou porque, mesmo que tenham documentos, causaram algum problema, talvez tenham se envolvido em uma greve ou em um protesto ou qualquer outra coisa. Esse é outro exemplo de status político que o torna vulnerável à expropriação. Portanto, há um entrelaçamento profundo entre a face econômica da expropriação e a face do status político da expropriação.

Você perguntou também sobre agência. O fato de as pessoas serem vulneráveis não significa que elas não tenham agência. Pessoas sem papéis investem muita criatividade para sobreviver e não serem pegadas e permanecerem sob a tela do radar. E, inclusive, em um país como os EUA com cidadania de nascimento, existem famílias cujos membros mais jovens nasceram nos EUA e são cidadãos, e os membros mais velhos podem ter vindo sem documentos. Esta é uma situação muito complicada para navegar em sua vida diária e as pessoas fazem isso com tremenda criatividade e agência, e com muito sucesso. Não é certo que eles tenham que fazer isso, mas eles fazem isso. É fato que a agência assume a forma de ativismo político em oposição à agência na vida cotidiana, e nesse caso acho que todos nós ficamos surpresos. Vários anos atrás, eu teria pensado que não ter documentos era uma situação de tal vulnerabilidade que seria muito improvável que as pessoas saíssem publicamente em movimentos políticos para protestar pelos *sans-papiers*, por exemplo. O movimento *sans-papiers* na França foi tremendo e teve um apoio muito amplo. Se mudanças institucionais foram de fato conquistadas, essa é uma outra questão. Depois temos *The Dreamers* nos Estados Unidos, e tenho certeza que existem versões disso no Brasil. Isso nos mostra que sim, parece haver capacidades reais para o ativismo político.

KC: Quais são as possíveis entrelaçamentos ou pontos em comum entre a resistência dos expropriados e a dos explorados?

Nancy Fraser: Essa é uma pergunta muito importante, porque os expropriados, em sua maioria, provavelmente não farão (pelo menos na forma de capitalismo de hoje) grandes mudanças por si mesmos. E eu diria o mesmo para os explorados, para aqueles trabalhadores que têm status regularizado, que estão trabalhando na economia oficial e não nas zonas cinzentas informais etc. Especialmente nos últimos anos, houve um tremendo enfraquecimento dos movimentos trabalhistas tradicionais, pelo menos no núcleo histórico do capitalismo, nas antigas potências coloniais, na Metrópole: países como Estados Unidos, Reino Unido, países da Europa Ocidental. Os sindicatos nesses países foram severamente enfraquecidos como resultado do *offshoring* da produção, da realocação da manufatura industrial para a semi-periferia. Pelo que entendi, pelo menos em alguns setores, o Brasil se beneficiou disso. Vocês têm uma produção muito grande da indústria aérea e outros grandes setores industriais de sua economia que conseguiram prosperar à medida que os concorrentes nos países mais ricos e mais desenvolvidos (núcleo histórico) enfraqueceram. Enfim, o que estou tentando dizer é que os trabalhadores explorados, embora certamente gozem de alguns privilégios que os expropriados não gozam, não estão, no momento, em posição de grande força política. Eles não estão em uma posição hoje como estavam na década de 1930, para reivindicar falar por todos os trabalhadores. Sua situação carece de credibilidade, força e assim por diante.

Sobre a questão de alianças entre expropriados e explorados, vamos acrescentar também o trabalho doméstico aqueles que realizam o trabalho de cuidados, sejam eles também explorados e expropriados, ou ambos. Em outras palavras, em todas as principais formas de trabalho e tipos de pessoas que realizaram esse trabalho no capitalismo atual, nenhuma delas é capaz de fazer as grandes mudanças estruturais de que precisamos por si só. A questão é saber se podem encontrar formas de se unir, ou pelo menos cooperar, na busca de um projeto de transformação social que beneficie a todos. Essa é a questão mais premente do nosso tempo, porque estamos em uma crise muito profunda e enorme: crise ecológica, crise econômica, crise política, cuidado, etc. A resolução emancipatória desta crise realmente depende dos tipos de alianças sobre as quais você está perguntando. Então, acho que não há nada mais urgente do que pensar sobre essa questão hoje.

KC: Aqui no Brasil, especialmente durante o governo Bolsonaro, os povos indígenas estão entre os mais atingidos pelas pressões da expropriação dos territórios, ao mesmo tempo em que estão nas linhas de frente da resistência. Como interpretar ou enquadrar essa situação?

Nancy Fraser: Antes de mais nada, tenho que começar dizendo que não sou especialista em Brasil. Conheço apenas o que leio nos jornais americanos, o que não é necessariamente muito abrangente. Dito isso, penso que uma importante questão sempre será: onde estão os possíveis pontos de conexão? Quando estamos falando de grilagem de terras, mineração ilegal, extrativismo, ataques à comunidade, ao território e aos recursos ecológicos, imagino que deveria haver a possibilidade de algumas alianças entre ativistas ambientais e povos indígenas. E eu acho que isso já está acontecendo de fato. Pode ser que essa distinção seja um pouco problemática, porque eu diria que grande parte do ativismo indígena é ambientalista, além de ser em defesa da comunidade. Então, de qualquer forma, provavelmente já existem algumas conexões. Lembro-me, pelo menos nos primeiros dias do governo de Correa no Equador, que obviamente saiu dos trilhos, havia alianças muito interessantes se desenvolvendo entre comunidades rurais e classes trabalhadoras urbanas, assim como com estudantes e assim por diante. Então, depende muito de como as comunidades se organizam. Se eles estão dispostos a renunciar a uma espécie de política essencialista. Se eles estão abertos a alianças. Se os outros estão abertos a alianças com eles... O Brasil é um país muito complexo: tem uma base industrial muito significativa, possui grandes centros urbanos com cenas artísticas e culturais muito dinâmicas, universidades importantes, produção científica... quero dizer, é um país onde nenhum setor pode falar pelos demais, sem fazer um esforço muito sério de abertura a outros movimentos.

Gostaria de acrescentar apenas mais dois pontos e eles podem não ser aplicáveis à sua situação. Descobri, nas partes do mundo que conheço – que não são apenas os Estados Unidos, mas especialmente os Estados Unidos –, que cada movimento é

internamente dividido entre aqueles que estão, ou se veem, tentando se tornar os sócios juniores da classe corporativa e aqueles que realmente se veem como representantes da esmagadora maioria de seus membros. No campo feminismo, falamos sobre o tipo de feminismo corporativo e enxuto versus o feminismo dos 99%. Esse é um pequeno manifesto de que sou co-autora. Essa é uma divisão dentro de cada movimento. Há um ambientalismo para o 1% e outro para os 99%. Há antirracistas cuja ideia é, para citar Keeanga-Yamahtta Taylor, “colocar rostos negros em altos postos” versus aqueles que estão realmente tentando se dirigir à classe trabalhadora no sentido amplo. Então, tenho certeza de que esses mesmos tipos de situações acontecem no Brasil, nos movimentos indígenas e em todos os outros movimentos. Para mim, o mais importante é descobrir como criar ou fortalecer a classe trabalhadora ou ala dos 99% de cada um desses movimentos. E, então, pensar em como construir uma aliança ou um bloco hegemônico dessas forças. E isso significa ter que romper com aqueles que a mídia nomeia como líderes, que muitas vezes não estão trabalhando no interesse de todos.

Outra coisa que acho importante é a ideia de ligar os pontos. Você disse, e é muito interessante, que os povos indígenas estão nas linhas de frente. São aqueles cuja opressão é mais evidente e provoca a resistência e resposta mais radicais. Então, a questão é: qual é a relação entre essa opressão e outras formas de opressão muito severas que as pessoas nas favelas estão sofrendo? E, mesmo que pareça menos extrema, quais opressões que os estudantes estão sofrendo, que todos os tipos de pessoas estão sofrendo? Qual é a relação entre essas coisas? Esses problemas são simplesmente separados ou são todos rastreáveis no mesmo sistema social? Na mesma dinâmica de canibalizar a riqueza de várias formas de pessoas para alimentar o mercado de ações ou esses indicadores econômicos?

A chave para criar o tipo de aliança que tenho em mente seria desenvolver uma perspectiva que mostrasse às pessoas como ligar os pontos. Para que elas reconheçam que a luta de outra pessoa, que está a milhares de quilômetros de distância, tem a ver com a delas. Isso não é fácil, mas é preciso muita atividade política e talento para desenvolver grandes narrativas que façam conexões. E, você sabe, quem está na linha de frente muda. Eu teria dito alguns meses atrás que o *Black Lives Matter* estava na vanguarda nos Estados Unidos. Alguns meses antes, eu teria dito *#MeToo*, talvez agora a luta pelo aborto. Há muitas coisas conjunturais que mudam. Mas, o que não muda é que o sistema está destruindo a possibilidade de uma vida digna para muitas pessoas em muitas situações e locais diferentes. E a destruição assume diferentes formas e é experimentada de maneira diferente, e, no entanto, está tudo conectado. Então, eu acho que o que a gente quer é validar a especificidade da experiência desse grupo e não dizer “é igual ao que acontece lá”. Não, não é! Valide a especificidade e a legitimidade da queixa e da luta, mas, também, defenda a conexão e que a chave para uma resolução emancipatória é uma frente

anticapitalista que pode criar um quadro de cooperação entre os mais diversos públicos.

KC: Seguindo este raciocínio, seria possível enquadrar a resistência indígena como uma luta de resistência à acumulação capitalista, por meio da tentativa de deter a expropriação. São estes exemplos de lutas de fronteira?

Nancy Fraser: Acredito que a sobrevivência das comunidades indígenas depende de algum tipo de alternativa a essa dinâmica de canibalização que está embutida no capitalismo. O capitalismo não pode sobreviver sem alguns tipos de corpos externos de riqueza para canibalizar. Precisa do “fora”. Esse exterior é, nesse sentido, parte integrante do capitalismo. É o combustível que o faz funcionar, por assim dizer. Assim, a sobrevivência a longo prazo dos povos indígenas, bem como a sobrevivência a longo prazo de todos no planeta, depende de encontrar alguma maneira de acabar, neutralizar ou dismantelar essa dinâmica de canibalização. Estou usando esse termo porque é o título de um livro que será lançado em setembro [2022] em inglês, e que se chama *Cannibal Capitalism*, estou usando essa metáfora para tentar desenvolvê-la.

Quando falo de lutas de fronteira, não me refiro a isso como uma alternativa às lutas de classes ou outros tipos de lutas. É uma lente. E, neste caso, a questão seria que o capitalismo cria fronteiras artificiais entre diferentes esferas da vida que dependem umas das outras e estão intimamente conectadas. Mas, transmite a impressão de que essas coisas são separadas e desconectadas. Esse é o caso da produção e reprodução; é o caso da Economia e do Estado; é o caso da cidade e do país; com urbano ou rural; é o caso da exploração e expropriação. As comunidades indígenas estão sujeitas massivamente, e há muito tempo, à expropriação. Basta pensar no extrativismo e na centralidade do extrativismo no colonialismo e no imperialismo em todas as formas de apropriação de terras. Então, isso é fundamental. Mas, eu não olharia para isso apenas através dessa lente. Trata-se também de reprodução social para a comunidade e para o planeta. É sobre reprodução ecológica. E talvez a questão política e do Estado seja a mais complicada. Não sei que imaginários políticos ou ideias os indígenas brasileiros sustentam. Acompanhei de perto, anos atrás, o movimento zapatista em Chiapas, no México, e eles queriam um fórum político diferente que reconhecesse sua autonomia política em seu território. Isso significava, ou exigia, a concepção de novas formas de Estados e novas formas de relações políticas. O que também é um tipo de desafio para as formas existentes de capitalismo, que sempre dependeram desse sistema internacional de estados soberanos que se reconhecem e que têm soberania total sobre seu território, que não têm soberania compartilhada etc.

Mais uma vez, não sei o suficiente para dizer muito sobre o Brasil. Mas, eu acho que há muitas perguntas sobre as estruturas profundas do capitalismo, sobre a inviabilidade do capitalismo e sobre a sua destrutividade. É preciso tirar a vida e as terras das pessoas,

mastigá-las, cuspi-las e deixá-las devastadas. Acho que há muitas dimensões disso que, imagino, são vivenciadas como tal pelas comunidades indígenas e que inspiram suas lutas. E, como eu estou dizendo repetidamente, em algum nível, essas têm que ser lutas anticapitalistas que desafiam essas fronteiras. Desafiam as separações entre cidade e campo, economia e estado, natureza e sociedade, ainda que não sejam separações nítidas. Nesse sentido, sim, são lutas de fronteiras. Porém, também acho que são lutas de classes em algum sentido importante. No sentido de que são todas lutas de trabalhadores. E os indígenas são trabalhadores. Eles não trabalham em fábricas, escritórios ou em casas particulares nos subúrbios, mas, estão envolvidos em várias formas de trabalho de subsistência e trabalhos de reparação da natureza, no trabalho de educar e cuidar de seus membros e socializar os jovens, por tanto, são trabalhadores. E penso que o que realmente queremos é uma ampla aliança de trabalhadores. Incluindo nesta aliança as pessoas nas fábricas e nos escritórios e nas comunidades indígenas e assim por diante. Vamos ter uma nova definição do que entendemos por classe trabalhadora! Vamos nos livrar da ideia de que é o homem branco nas fábricas que são os proletários livres. É assim que eu vejo: o capitalismo cria muita destruição e há muito trabalho a ser feito para repará-lo e para criar uma nova e habitável forma de vida. Talvez isso seja uma base para pensar que as lutas indígenas são lutas de fronteira, mas também lutas de classe de um segmento da classe trabalhadora que precisa encontrar sua maneira de cooperar com outros segmentos. E isso não quer dizer que não possa haver conflitos de interesse entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora. Mas podemos reimaginar nossos interesses e tornar possíveis maneiras de superar conflitos.

KC: Ainda sobre como enquadrar as lutas indígenas: em minha investigação tento relacionar a permanência dos territórios indígenas com a garantia da reprodução social, entendendo o território como meio para a reprodução social das comunidades. É possível enquadrar o território indígena dessa forma?

Nancy Fraser: É exatamente assim que eu entendo território. Quero dizer, muito claramente, no sentido dos povos indígenas. O território é a base material da reprodução social da comunidade. É também um lugar que tem um enorme significado cultural ligado a ele, que é difundido com várias tradições e sistemas culturais de valor. Então, você pode pensar nisso em termos de reprodução social, você pode pensar nisso em termos de reprodução cultural. Na verdade, essas coisas não são realmente separáveis. A reprodução social sempre ocorre por meio de molduras culturais. Então, sim, está certo. E, acho que o que estamos começando a entender agora é que a garantia dessa base territorial de reprodução social e cultural para os indígenas não é só boa para eles. É essencial para manter os pulmões do planeta respirando e a temperatura em um nível habitável e assim por

diante. Há uma sensação de que alguns desses territórios são tão cruciais para a saúde do planeta, e que são meios de reprodução social de todos, ao mesmo tempo que queremos conferir ou dar uma importância especial ao papel dos povos indígenas, que literalmente vivem da terra e literalmente cuidam desta terra.

KC: Professora Fraser, muito obrigada!

Nancy Fraser: Também agradeço a você.

Sobre a autora

Kena Azevedo Chaves – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. **ORCID** – <https://orcid.org/0000-0002-8369-1163>.

Como citar esta entrevista

CHAVES, Kena. Capitalismo racializado e generificado: entrevista com Nancy Fraser. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 04-14, mai.-ago., 2023.

Recebido para publicação em 07 de março de 2023.

Aceito a publicação em 08 de março de 2023.

O processo de editoração desta entrevista foi realizado por Lorena Izá Pereira.
